

**Teses defendidas no Programa de Graduação em Geografia/UFMG no
1º semestre de 2019****A condição periférica: uma crítica da economia política do espaço em paralaxe***Autor: Thiago Canetti de Mello e Sá**Orientador: Geraldo Magela Costa***Resumo**

Esta tese é uma reflexão sobre o atual momento de reprodução do capital que parece engendrar uma condição específica, uma espécie de novo tempo do mundo, em que o front de defesa para sobrevivência do capitalismo não se restringe apenas à fábrica, mas, ao contrário, explode e implode, alcançando o espaço inteiro. Este momento gera, a meu ver, uma forma específica de (i) produção do espaço, marcada pela precariedade; (ii) de reprodução da vida cotidiana, talhada por uma vida danificada no mundo administrado; (iii) da realização da dominação social que, hoje, alcança todas as esferas da vida. Diante dessa confluência historicamente determinada, sugiro chamar de condição periférica o predicamento que parece sobredeterminar a perpetuação do capital no mundo hoje. O esforço desta tese reside em contribuir para o entendimento crítico da realidade contemporânea, em especial, no momento em que se torna mais ou menos difundido um diagnóstico de falência da crítica. Desta forma, algumas das categorias da crítica da economia política desenvolvidas por Karl Marx são revisitadas para tentar aproximar o conceito do que lhe escapa pelo movimento da própria história. Argumentarei no sentido de expor uma astúcia do capital que cria, em seu movimento automatizado, uma forma de dominação inédita. Reconfigurar essas categorias me levou a refletir, portanto, sobre as condições de possibilidade para um movimento perpétuo do capital, revisitando a teoria das crises de modo a aventar a ideia de uma crise infinita. Diante disso, busco destacar qual a relevância da condição periférica para uma interpretação do tempo presente, passando por uma crítica da filosofia da história e uma crítica da práxis emancipatória para indicar que “não há saída fácil”: as formas de mediação que se esgarçaram até aqui estão em dissolução sem que nada se apresente em seu lugar, numa dialética transtornada, exceto, é claro, a regressão social, a precariedade e a violência, fatos que sempre já estiveram nas periferias, mas agora aparecem com o tom fúnebre que se estende para todo o mundo.

**Evolução da rede de drenagem na alta bacia do rio Paraguaçu: capturas fluviais,
drenagem transversa e pirataria de bacias***Autora: Claudia Mendes Cordeiro**Orientadora: Vilma Lucia Macagnan Carvalho***Resumo**

A região da Chapada Diamantina demarca o limite entre as bacias hidrográficas dos rios Paraguaçu e São Francisco e constitui uma das paisagens de maior destaque geomorfológico do território brasileiro. Entretanto, apesar desses fatos, nunca teve a evolução Terciária/Quaternária de sua rede de drenagem investigada. A análise da

organização de drenagem da Alta Bacia Paraguaçu, região geográfica que coincide em grande parte com o compartimento da Chapada Diamantina oriental, revela evidências de processos de rearranjos de drenagem, principalmente de cotovelos de captura, protocapturas e vales superdimensionados em locais coincidentes com “gaps” de rede de drenagem transversa e em pontos de grande desnível altimétrico localizados na Serra do Sincorá. A pesquisa teve como objetivo investigar a ocorrência e o papel dos processos de rearranjo de drenagem na morfogênese da Chapada Diamantina e buscar compreender de que maneira tais processos interagem na formação de redes de drenagem transversa e principalmente na organização do sistema de drenagem local e regional. Pautamos nossa discussão na hipótese de que a rede de drenagem da região da Chapada Diamantina foi reconfigurada devido a processos de rearranjo de drenagem, nomeadamente, de capturas fluviais. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram: (a) trabalhos de campo para verificação das evidências morfológicas de processos de rearranjo e caracterização do relevo; (b) análises cartográficas, geoprocessamento e sensoriamento remoto onde foi possível gerar mapas temáticos e análises integradas, e Modelos Digitais de Elevação (MDE Alos Palsar 12,5 metros de resolução reamostrado e SRTM 30 metros) que permitiram a elaboração de (c) Índices morfométricos como Índice de Hack (1973), Dissecação do relevo, Densidade de Drenagem e Índice de Convexidade. Um modelo foi desenhado em 3D e 2D para sintetizar uma proposta de evolução da rede de drenagem na Alta Bacia do Rio Paraguaçu e sua influência nas bacias adjacentes. Os resultados indicam a existência de três grandes capturas fluviais de idade Terciária/Quaternária onde áreas antes pertencentes à bacia hidrográfica do Rio São Francisco foram pirateadas para a do Rio Paraguaçu: (i) A captura do rio Santo Antônio (Captura Pai Inácio); (ii) captura da bacia de Irecê - Rio Santo Antônio (Captura Cárstica) e; (iii) a captura do atual rio Paraguaçu (Captura Mucugê). Por fim, os resultados mostram também que esse conjunto de capturas fluviais teve por consequência um input de energia no sistema fluvial da região leste da Chapada Diamantina/BA - Serra do Sincorá que tem dissecado o relevo desse compartimento, principalmente na Bacia de Irecê e Superfície Aplainada (Pediaplano)

A “Chancela de Paisagem Cultural Brasileira” e sua contextualização no Vale do Jequitinhonha: a constituição identitário-regional da emergência quilombola e o patrimônio vivido do sítio histórico-geográfico de Alto dos Bois

Autora: Ludimila de Miranda Rodrigues Silva
Orientador: Jose Antonio Souza de Deus

Resumo

Minas Gerais possui uma diversidade de Paisagens Culturais de grande relevância e significado no contexto nacional, dentre as quais destacam-se as paisagens do Vale de Jequitinhonha, uma região que marca a própria formação histórico-cultural do território brasileiro. Vale ressaltar que suas paisagens mostram a diversidade e complexidade das relações que compõem o rico amálgama sociocultural regional e, que desde a sua formação, abrange comunidades indígenas, quilombolas, camponesas, de artesãos, dentre outros núcleos que constroem e propiciam a singularidade dessas paisagens. Muitas dessas complexidades se manifestam até os dias atuais em processos de

construção e reconstrução da identidade cultural das comunidades, os quais, em sua maioria, são vinculados a dimensões de poder que se configuram aí, como acontece com as diversas comunidades quilombolas no recorte em questão. Posto isso, este trabalho tem como objetivo geral compreender como as concepções de paisagem cultural, nas diferentes escalas de análise, poderiam contribuir para o reconhecimento e valorização do Vale do Jequitinhonha enquanto uma Paisagem Cultural Brasileira. E a fim de investigar as construções e interações escalares dessas paisagens, privilegiaremos o estudo do protagonismo das comunidades quilombolas no Vale, presentes, de forma destacada na microrregião de Capelinha. Fundamentando-nos no entendimento de que tais paisagens são concebidas no campo do espaço vivido, realizaremos, em particular, uma investigação dessa construção da paisagem no sítio histórico-cultural de Alto dos Bois que, assim como o Vale do Jequitinhonha, carrega em sua formação diversos elementos socioculturais que o configuram como um lugar emblemático dessa paisagem cultural tão singular. Partiremos do método etnogeográfico, para o qual a geografia deve dialogar com os saberes geográficos do cotidiano, científicos e da experiência/percepção do meio. Para tal, realizaremos como procedimentos metodológicos e levantamento bibliográfico, cartográfico e documental à respeito das Paisagens Culturais, teórica e empiricamente (no âmbito dos processos de chancelamento da paisagem já em desenvolvimento no contexto nacional); levantamento toponímicos; encontros e entrevistas semiestruturadas; registros iconográficos; mapas mentais; relatos de vida e outras estratégias associadas ao mapeamento participativo, mais especificamente, da comunidade quilombola de Alto dos Bois.

A produção do turismo de Diamantina/MG: uma abordagem com base nas redes sociotécnicas

Autor: Gustavo Aveiro de Araujo

Orientador: Carlos Fernando Ferreira Lobo

Resumo

O Turismo é um fenômeno complexo que produz efeitos multidimensionais no espaço, nunca idênticos, o que torna difícil sua análise e interpretação. Nos últimos anos alguns estudos têm enfatizado a natureza relacional do espaço na análise do Turismo, com intuito de compreender suas múltiplas mobilidades e os diferentes tipos de redes que se propagam em diferentes tipos de espacialidades. Nessa visão o ordenamento territorial e espacial do turismo é concebido como o resultado do entrelaçamento de redes compostas por entidades híbridas, humanas e não humanas, que produzem efeitos passíveis de rastreamento, análise e interpretação, sob a ótica da Teoria Ator-rede. Nesse sentido esta pesquisa é uma proposta de descrição de complexos processos de produção de relacionamentos e associações entre os elementos das redes sociotécnicas do turismo em Diamantina/MG, cidade colonial histórica. Descreve os padrões de ordenamento e conseqüente inter-relacionamento temporário de elementos materiais e imateriais. Neste estudo, analisam-se as redes constituídas de elementos associados que se mobilizam e se desmobilizam para alcançar os objetivos estabelecidos no plano de marketing turístico local. O objetivo geral deste estudo é descrever os processos de produção de relacionamentos e associações entre elementos heterogêneos que caracterizam uma análise geográfica realizada por meio da revelação das características

principais de seus padrões de ordenamento. O desenho metodológico caracteriza-se como uma descrição sócio-material etnográfica que utiliza técnicas de análise documental, observação participante e entrevistas, com intuito de atingir os objetivos propostos. Concluiu-se que a ANT, por meio do conceito de rede sociotécnica, oferece uma importante ferramenta de análise geográfica do fenômeno turístico, e caminha para tornar-se, possivelmente, um novo paradigma dos estudos em Turismo.

Sobre viagem: palmilhar limites, entrever transformações

Autora: Julia Fonseca de Castro
Orientador: Cassio Eduardo Viana Hissa

Resumo

O que se conhece sobre viagem é fruto de discursos que centralizaram sentidos para o ato de viajar, condicionando o campo conceitual e imaginário a ela relacionado. Constructo narrativo largamente difundido e integrado à cultura oral e escrita, viagem é um produto da linguagem e do pensamento que perpassa projetos de poder e de dominação territorial. A tese consiste em um espaço de reflexão e de questionamento que palmilha limites do discurso dominante de viagem e que entrevê enunciados criados por outros sujeitos, a partir de outras práticas, que são, por razões pouco refletidas, afastados do que convencionou-se nomear de viagem. Trata-se de um estudo crítico e criativo sobre textos narrativos de viagem para a identificação de centralidades discursivas e, também, do potencial de reinvenção do discurso dominante. A ênfase reflexiva da pesquisa recai sobre a viagem por dentro, que visa destacar a necessidade de que o sujeito compreenda-se plenamente enquanto viajante para construir um lugar de enunciação lúcido e transformador que supere o individualismo e o consumismo atrelados às viagens contemporâneas. Tal lugar enunciativo pode ser desenhado a partir da crítica da referência de viajante como sujeito universal cujo olhar centralizador permite o exercício de um posicionamento autoritário e pouco auto-crítico. A histórica assimetria discursiva, que direcionou o olhar viajante do exterior ao interior, necessita ser reconstruída a partir da apropriação da plataforma enunciativa de viagem. A narração de viagem é um tipo de empréstimo criativo que mistura várias formas de representação textual, que proporciona uma imaginação do eu com relação ao outro e que permite uma tomada de posição de si em articulação a um saber sobre o outro — lugar, paisagem, cultura, povo. Textos jornalísticos, ensaísticos e literários são posicionados em um mesmo patamar interpretativo para favorecer o debate acerca dos fundamentos do discurso ocidental hegemônico de viagem. A interpretação e a redação de textos de viagem são alinhadas ao objetivo de sublinhar determinados sentidos assumidos pelo viajante: testemunha, contemplativo, eurocêntrico, erudito e masculino. Gonçalo Cadilhe, Raquel Ochoa, Jonathan Swift, Ítalo Calvino, Jorge Luis Borges, Tiago Salazar, Mário de Andrade, Guimarães Rosa são autores cujos textos analisados proporcionam o aprofundamento das reflexões. As conclusões da pesquisa acentuam a necessidade da narração como processo que movimenta o sujeito em busca de sentido para a viagem, uma ação não menos importante que a de se deslocar fisicamente. Conclui-se que é necessário expandir referências para o desenvolvimento do potencial subversivo e emancipador das viagens.

Campo e rural idílicos como falácia: minério-dependência, incompletude urbana e injustiça ambiental-hídrica em Brumadinho*Autor: Felipe Pimentel Palha**Orientador: Klemens Augustinus Laschefski***Resumo**

O Brasil optou, durante os primeiros anos do século XXI, pela reprimarização da sua economia. O consenso em torno desse modelo econômico, nas mais diversas escalas, decorreu da aplicação do neoextrativismo, haja vista, o Estado ter recorrido durante esse período a diversas estratégias que legitimaram a opção de se reposicionar como fornecedor de commodities dentro da Divisão Internacional do Trabalho. Foi aprofundada, desde então, a exploração dos trabalhadores e da natureza em um contexto altamente financeirizado. A legitimação de atividades tão devastadoras como a mineração tem maior êxito em municípios como o de Brumadinho em decorrência de um quadro de pobreza em termos de renda monetária e baixa diversidade de atividades econômicas que é agravado pelos parques incentivos às atividades de agropecuária associados à desvalorização do campo, do rural e de seus moradores representados como sinônimos do atraso. O município de Brumadinho está situado na região do Quadrilátero Ferrífero e faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte compondo, com o município de Nova Lima e outros, o vetor sul de expansão da RMBH que é caracterizado por um processo de produção do espaço altamente segregador. Construí o meu objeto de pesquisa diante dessa dinâmica de produção do espaço aparentemente paradoxal entre o urbano da metrópole belo-horizontina e o rural da minério-dependência traçando como objetivo principal a compreensão dos impactos, das transformações, dos conflitos e das adaptações nas relações estabelecidas entre o campo, a cidade, o rural e o urbano, decorrentes da constituição, ainda inacabada, da sociedade urbana. Um dos aspectos marcantes da produção do espaço no vetor sul da RMBH, com implicações sobre o município de Brumadinho, trata-se da representação do campo e do rural que o compõe de maneira idílica. A análise crítica, na forma de revisão bibliográfica confrontada com o campo em Brumadinho, das propostas em torno do “novo rural” indicaram total descolamento desse arcabouço teórico com a realidade contribuindo para afirmar que permanece válido, no caso da formação espacial brasileira, a interpretação de que a elite agrário-mercantil-exportadora, metamorfoseada em um leque de diversas posições, detém posição hegemônica. A representação do campo e do rural idílicos, bem como a sua materialização, tem a farta disponibilidade de água como um de seus elementos centrais. Entretanto, a produção do campo e do rural idílicos não ocorre sem conflitos e a disputa pela água parece ocupar um lugar central com fortes traços de injustiça ambiental-hídrica. Conflito que se tornou ainda mais grave em decorrência da captação de água subterrânea da Serra da Moeda pela empresa Coca Cola FEMSA instalada no distrito industrial de Itabirito. A produção do campo e do rural idílicos, no contexto da minério-dependência, dissimula várias finalidades reais e pode contribuir para agravar a injustiça ambiental.

Os becos sem saída da sustentabilidade no turismo: efeitos ambientais e sociais do crescimento urbano no distrito Serra do Cipó, Santana do Riacho/MG*Autora: Cristiana Gomes Ferreira Lopes**Orientadora: Doralice Barros Pereira***Resumo**

O turismo é recorrentemente exaltado como vetor de desenvolvimento em diferentes setores da sociedade, incluindo o meio acadêmico cujo debate é marcado pela prevalência de abordagens economicistas, mesmo diante de perspectivas críticas já formuladas. O percurso teórico proposto por esta pesquisa busca desvelar as determinações históricas do turismo, reafirmando a perspectiva de que ele deve ser estudado no contexto da mercantilização progressiva de todos os aspectos da vida. A crítica empreendida se volta para as concepções hegemônicas que reverberam a afirmação de que o turismo conduz ao desenvolvimento, inclusive sustentável, e que implicam tomadas de posição implícita ou explicitamente favoráveis à dominação capitalista. Para demonstrar os desafios da sustentabilidade no turismo, a dimensão empírica abrange o distrito da Serra do Cipó, Santana do Riacho/MG. Com o objetivo de analisar os efeitos ambientais e sociais do fenômeno do turismo no seu contexto mais amplo: a (re)produção capitalista do espaço, a pesquisa busca escrutinar as relações entre turismo, crescimento urbano, segundas residências e sustentabilidade. A base metodológica contempla a etnografia, observação participante, entrevistas não diretas, aplicação de questionários, participação em reuniões públicas institucionais e conselhos municipais. Pretendeu-se atestar as relações constitutivas entre os setores turístico e imobiliário, demonstrando a centralidade da construção civil e do imobiliário na economia do distrito, não como circuitos secundários, mas localizando-os no primeiro plano. Apesar da importância dos movimentos ecológicos destacam-se suas limitações no enfrentamento ao turismo, bem como para questionar suas relações constitutivas com os preceitos econômicos neoliberais, a reprodução das desigualdades sociais e as dinâmicas de uso e ocupação do solo que engendram a deterioração das qualidades ambientais do/no espaço. Os desafios da sustentabilidade no turismo relacionam-se também à perspectiva hegemônica pautada na centralidade da urbanização, construção e comercialização de segundas residências como melhor alternativa econômica para o lugar. A sobreposição do turismo residencial sobre o turismo convencional e as contradições sociais do turismo, evidenciadas nesta pesquisa através da precarização das relações de trabalho, das ameaças à permanência dos moradores nativos e da exclusão social no acesso às qualidades ambientais e ao lazer; também configuram-se em becos sem saída da sustentabilidade no distrito. Conhecer mais e melhor os becos sem saída que cerceiam o debate ambiental é necessário para impulsionar a ruptura com a ideologia ecológica do turismo sustentável e a emergência de outras possibilidades para o desenvolvimento do/no distrito Serra do Cipó.

Inundações e escorregamentos em Teófilo Otoni, Minas Gerais: uma situação de risco ambiental em continuada construção, segundo indicadores geomorfológicos

*Autor: Caio Mário Leal Ferraz
Orientador: Roberto Célio Valadão*

Resumo

A urbanização experimentada pelos países subdesenvolvidos apresenta, como reflexos da inobservância das potencialidades e limitações dos sítios de ocupação das cidades, ocorrência de inundações, alagamentos e escorregamentos. Dentre outras mazelas socioambientais dos meios urbanos brasileiros, estas são ainda mais comuns em áreas de pluviosidade concentrada em curta estação chuvosa e relevo caracterizado por vertentes declivosas e de encostas convergentes. Tendo em vista o grande número de pessoas atingidas por inundações, alagamentos e escorregamentos, bem como os danos causados aos equipamentos urbanos, há nas geociências considerável esforço voltado para o reconhecimento e mapeamento de áreas de risco dos fenômenos. Este trabalho se agrega a tais empenhos, objetivando apresentar propostas de mapeamento dos riscos a inundações, alagamentos e escorregamentos, fundamentada em indicadores geomorfológicos e socioeconômicos inerentes aos espaços urbano e periurbano de Teófilo Otoni (MG). Para tanto, as análises foram subsidiadas por interpretações de imagens de satélites e trabalhos de campo, nos quais as intervenções diretas nos canais fluviais e alterações nas planícies de inundação foram avaliadas, assim como solos e formações superficiais presentes nas reentrâncias das vertentes da área investigada. Foi também empregada análise de parâmetros morfométricos, mediada por ferramentas de geoprocessamento, em especial quanto ao papel das reentrâncias do relevo e classes de declividade do terreno frente à suscetibilidade a escorregamentos. Estes fatores naturais tiveram suas espacialidades associadas a uma coleção de dados relacionados a operações de salvamento efetuadas pelo Corpo de Bombeiros e Polícia Militar em Teófilo Otoni, além de informações demográficas que incluem densidade habitacional, renda da população e indicadores sanitários, permitindo compreender onde, como e porque ocorreram inundações, alagamentos e escorregamentos na cidade, bem como determinar o grau de exposição das populações aos fenômenos. Observou-se que setores densamente edificados, adjacentes ao trecho mais a jusante do principal curso d'água que drena a cidade, são afetados por inundações periódicas, bem como porções altamente afetadas pela urbanização em seus principais tributários, muito em função da negligência durante a ocupação dessas áreas e execução de obras de drenagem que mais agravam do que minimizam suas ocorrências. Alagamentos apresentam íntima relação com a impermeabilização das encostas em microbacias alveolares no interior da cidade, especialmente quando os canais de drenagem dessas áreas são canalizados. Foi possível concluir, ainda, que a maior parte das reentrâncias que apresentam mais elevado risco à ocorrência de escorregamentos se localiza nas proximidades dos limites da área urbana, não apenas em função das especificidades do sítio de ocupação, mas também em decorrência da segregação socioespacial que caracteriza a produção do espaço urbano avaliado.

A Trama Verde e Azul: transitando entre a abstração e a experiência urbana*Autora: Ana Mourão Oliveira**Orientadora: Heloisa Soares de Moura Costa***Resumo**

Esta tese foi motivada pela vontade de se fazer uma análise crítica das propostas de planejamento das áreas verdes urbanas, que conformaram uma tendência a partir da década de 1990, ensaiando a aproximação de dois campos até então tidos como opostos: dos estudos urbanos e ambientais. Por basear-se em princípios da ecologia da paisagem, muito utilizados no planejamento de unidades de conservação, a maioria das propostas não abarca os desafios das dimensões sociais e políticas da problemática urbana, o que lhes confere um caráter cientificista e fragmentado, alheio à complexidade do urbano. Apesar da existência de uma literatura importante dedicada à crítica do planejamento urbano e das políticas preservacionistas, escassas são aquelas que se debruçam criticamente sobre as propostas de planejamento nessa fronteira urbano-ambiental. Em busca de contribuir para tal reflexão, esta pesquisa se dedicou ao estudo da Trama Verde e Azul, proposta concebida no escopo do planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e de outras três iniciativas que lhe serviram de inspiração: a da região da bacia minerária de Nord-Pas-de-Calais e da área metropolitana de Lille, ambas na França; e da cidade de Vitória-Gasteiz, na Espanha. A análise crítica foi construída a partir de uma prática de pesquisa que transitou pela dimensão abstrata - do pensamento, da imaginação, do plano - e da experiência urbana - do vivido, da ação, do acontecimento. Como resultado tem-se o detalhamento das propostas e de seus contextos históricos, políticos e ideológicos, a partir da teoria da produção social do espaço de Henri Lefebvre e de autores do planejamento urbano crítico e da ecologia política. Foram também identificadas práticas sociais que confirmam e fortalecem a perspectiva utópica da Trama Verde e Azul, relacionada à superação da dicotomia cidade-natureza, à apropriação do espaço urbano e à produção do comum.

Municípios de pequeno porte do sudeste brasileiro: dinâmica migratória e aspectos econômicos*Autora: Nayhara Freitas Martins Gomes**Orientador: Ralfo Edmundo da Silva Matos***Resumo**

O objetivo central desta tese de doutorado é analisar como os movimentos migratórios dos últimos 30 anos impactaram os municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro em termos demográficos e econômicos, a ponto de se tornarem unidades territoriais de expressão na contemporaneidade. Os resultados da pesquisa estão sintetizados em quatro capítulos precedidos de um texto introdutório e encerrados com uma breve conclusão. O primeiro capítulo consiste na revisão teórica de abordagens relativas às “teorias migratórias”, à “densificação da rede urbana” brasileira e em especial, à do Sudeste, à “reestruturação produtiva” e reflexões sobre os “pequenos municípios”. No segundo capítulo é desenvolvido uma taxonomia espacial dos municípios de pequeno

porte do Sudeste brasileiro, com base na dinâmica demográfica de acordo com os dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010. Essa análise permitiu a identificação de subespaços Dinâmicos, Semi-Estagnados e Debilitados. O terceiro capítulo analisa a dinâmica migratória na seara dos municípios de pequeno porte e suas configurações territoriais permitindo averiguar a conformação de novos núcleos de atração populacional. O quarto capítulo trata dos aspectos econômicos dos municípios de pequeno porte do Sudeste correlacionados com a força de trabalho migrante, com intuito de apontar novas tendências de reordenamento de atividades econômicas nestas localidades, além de refletir sobre a diversificação dessas práticas produtivas. Os resultados demonstram o fortalecimento de subespaços compostos por pequenos municípios que participam na distribuição populacional do Sudeste. O conjunto dos três artigos pretende oferecer uma contribuição teórica e metodológica sobre a organização regional do Sudeste brasileiro tendo como referência a dinâmica migratória e aspectos econômicos dos pequenos municípios.

Unidades de conservação e territórios quilombolas: desafios, sobreposição de interesses e conciliação de direitos em Minas Gerais

Autora: Raquel Faria Scalco

Orientador: Bernardo Machado Gontijo

Resumo

A criação de Unidades de Conservação (UCs) é uma importante estratégia para assegurar a conservação dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade. Porém, muitas vezes, a forma como são criadas e/ou geridas causa uma série de conflitos entre comunidades e órgãos gestores. Este é o caso de algumas UCs de proteção integral de Minas Gerais, criadas em áreas habitadas e/ou utilizadas por comunidades quilombolas, que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência e para a reprodução de suas práticas sociais. Assim, com a criação das UCs, muitas atividades desenvolvidas por estas comunidades foram restringidas, cerceadas e criminalizadas, sem considerar que elas foram responsáveis pela conservação de tais áreas antes da criação das UCs. Esta situação tem gerado conflitos entre órgãos gestores e comunidades quilombolas que ensejam propostas de recategorização, redução de limites e desafetação de UCs de proteção integral em Minas Gerais. Tais propostas podem favorecer agentes externos interessados na implantação de projetos de desenvolvimento econômico, que já exercem pressão sobre os territórios tradicionais das comunidades quilombolas e sobre as UCs. Desta forma, a presente pesquisa partiu do questionamento da possibilidade de se conciliar dois direitos fundamentais garantidos em leis: o direito ao meio ambiente equilibrado, que tem na criação de UCs um de seus instrumentos mais importantes; e o direito cultural e territorial das comunidades quilombolas. Neste sentido, a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de compreender de que forma a sobreposição de UCs de proteção integral e territórios tradicionais de comunidades quilombolas pode influenciar no status de proteção da biodiversidade de Minas Gerais, por meio de propostas de desafetação, redução de limites e recategorização de UCs. Para tanto, foi realizado um levantamento destes casos de sobreposição em Minas Gerais, sendo identificados sete casos em que esta situação acontece. Assim, foi possível compreender os aspectos legais relacionados à criação de UCs e de territórios quilombolas, o tratamento legal para os

casos de sobreposição entre estes territórios e as estratégias utilizadas no enfrentamento dos conflitos decorrentes dessas sobreposições pelas comunidades quilombolas e pelos órgãos gestores das UCs, considerando os diferentes direitos legais envolvidos. Para a realização desta pesquisa foram utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de gabinete, trabalhos de campo e realização de entrevistas semiestruturadas. Para a análise dos dados foram utilizadas as técnicas de análise documental e de análise de conteúdos.

**Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em
Geografia/UFMG no 1º semestre de 2019****Sertão-fronteira: a travessia dos homens provisórios**

Autora: Amanda Alves Maciel Rocha
Orientador: Cássio Eduardo Viana Hissa

Resumo

Esta pesquisa busca compreender os processos de construção de alteridades e formas de resistência dos sertanejos – subordinadas a um regime colonial de subalternidade – a partir das condições históricas e políticas em que se inserem. Para isso, propomos um giro epistemológico e enunciativo impulsionado, principalmente, pelas vozes dos sujeitos locais. A modernidade está em crise e, dessa fissura, surge a possibilidade de retomar outras epistemologias – outras matrizes de racionalidade – que ainda resistem à condição de invisibilidade a que são submetidas. Junto aos moradores de Paredão de Minas – distrito do município de Buritizeiro/MG –, refletimos sobre questões que superam a ordem local e levantam um amplo debate acerca da colonialidade do saber e do poder, das diferenças culturais que se combinam nas fronteiras, das formas de resistência e opressão, da fronteira agrícola que avança sobre o cerrado mineiro, dos sertões que nos escapam e dos caminhos a serem construídos rumo às emancipações sociais.

**Estatuto da Cidade e o planejamento das áreas e usos rurais: estudo de caso da
Região Metropolitana de Belo Horizonte**

Autor: Mateus Almeida Nunes
Orientador: Heloisa Soares de Moura Costa

Resumo

A partir de um diagnóstico realizado no trabalho em relação aos Planos Diretores elaborados a partir de 2005 na Região Metropolitana de Belo Horizonte, constatei uma grande deficiência dos textos em relação às propostas, programas e ações voltadas ao planejamento das áreas e usos rurais. Junto a isso temos legislações municipais extremamente permissivas em relação a novas expansões urbanas e conversões rural/urbano que possibilitaram um tecido urbano altamente fragmentado.

Diante disso, a dissertação tem como foco principal na análise das legislações urbanísticas federais, estaduais e municipais que regem os processos de expansão urbana e planejamento territorial, com o intuito de averiguar os impactos possíveis no ambiente rural, além de tentar compreender os motivos que levaram os Planos Diretores a não aprofundar nas dinâmicas rurais.

O Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001 terá uma ênfase maior, tendo em vista que grande parte do conteúdo existente nos Planos Diretores municipais deriva de seu texto e nortearam todo o processo participativo de produção das legislações municipais.

Para se chegar à esta análise, primeiramente é necessária a apresentação de um retrospecto sobre o processo de industrialização/urbanização no Brasil que resultou na metropolização de diversos centros urbanos, com aprofundando na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além de expor também, uma contextualização sobre as frentes teóricas atuais que estudam a nova configuração das pluriatividades rurais em integração e complementariedade com o urbano.

Caracterização de Latossolos de Mares de Morros Florestados- MG como subsídio para o entendimento da evolução dos compartimentos geomorfológicos.

Autor: Brunno Cesar Pereira

Orientadora: Cristiane Valeria de Oliveira

Resumo

O trabalho teve como objetivo analisar o grau evolutivo de duas unidades geomórficas, com base na relação solo-paisagem, a partir da comparação entre os Latossolos de topo de posições altimétricas diferentes, na região da Serra de São Geraldo, localizada na mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais. Para analisar as superfícies geomórficas no que diz respeito a sua evolução, foram selecionados perfis de Latossolos presentes no topo de cada superfície. Cada perfil foi caracterizado morfológicamente em campo, assim como foi feita uma descrição das áreas de coleta. Em seguida, amostras dos horizontes Bw de cada perfil foram encaminhadas ao laboratório para análises físicas, químicas, mineralógicas e micromorfológicas. As informações das análises laboratoriais foram fundamentais para mensurar a evolução dos Latossolos e descrição da cronologia relativa das superfícies. Para as análises físicas, os solos localizados no patamar mais elevado apresentaram teor de argila superior, e teores de areia total, silte e relação silte/argila inferiores, apresentando textura muito argilosa. Os solos da superfície inferior obtiveram redução dos teores de argila e aumento da areia total, silte e relação silte/argila, e textura argilosa. Para as análises químicas, a condutividade elétrica em água foi inferior para os solos da superfície mais elevada, o que indica menor quantidade de componentes condutores, como os sais, por perda pela exposição ao tempo. Ocorreu o predomínio do ΔpH negativo para os solos do patamar inferior, indicando solos menos evoluídos, além do ataque sulfúrico que indicou maiores teores de óxidos de ferro, alumínio e titânio para os Latossolos do patamar superior, e relações moleculares Ki e Kr superiores na superfície rebaixada. Já para as análises mineralógicas, há um predomínio de gibbsita no patamar superior para o teor de argila, indicando solos mais evoluídos, além de ilmenita, que é composta por óxidos naturais de ferro e titânio, no teor areia para os mesmos solos. Os Latossolos do patamar inferior apresentaram minerais de mica na areia, indicando menor grau de evolução. E por fim, as análises micromorfológicas ofereceram informações relevantes quanto à distribuição do fundo matricial, exibindo plasma mais homogêneo, maior ocorrência e proporção para o perfil 1 e maior quantidade do esqueleto para o perfil 5, corroborando com maior teor de argila para o primeiro perfil, pelo plasma ser composto por basicamente argila, e

areia total para o perfil 5, sendo o esqueleto composto pelo material grosso, indicando maior grau evolutivo para o perfil 1 em relação ao perfil 5. Portanto, os parâmetros utilizados para analisar o grau evolutivo dos solos, conseqüentemente a cronologia das superfícies da área de estudo, mostraram resultados que corroboram com a hipótese de que a superfície superior é mais antiga, com Latossolos mais evoluídos em relação à superfície inferior, que apresentou Latossolos com menor grau de evolução.

Quitandas quilombolas: identidades, resistência e etnodesenvolvimento em paisagens culturais do Médio Jequitinhonha

Autora: Luciana Priscila do Carmo

Orientador: Jose Antonio Souza de Deus

Resumo

A dissertação versa sobre os estudos da Geografia Cultural e Humana alinhados aos estudos da Geografia dos Alimentos Tradicionais, colocando em evidência a produção e o “saber-fazer” de quitandas enquanto práticas de reprodução social e cultural de comunidades quilombolas da região situada no “Médio” Vale do rio Jequitinhonha – Nordeste do estado de Minas Gerais, e mais especificamente de comunidades localizadas nos municípios mineiros de Chapada do Norte e Berilo. O objetivo geral do trabalho é problematizar sobre em que medida há um reconhecimento das quitandas por grupos quilombolas enquanto elementos da identidade cultural e coletiva. A partir disso pretendeu-se entender se uma possível valorização e identificação de paisagens culturais de comunidades quilombolas será um fator que contribui, ou não, para medidas de proteção e salvaguarda do patrimônio material e imaterial e fortalecimento de um Etnodesenvolvimento de comunidades tradicionais no Médio Jequitinhonha. Os estudos estão sendo realizados por meio de um Método Qualitativo, estreitamente vinculado às categorias de análise e paradigmas de interpretação da Geografia Cultural, com elementos e/ou aproximações com a Etnografia/ Etnogeografia, influenciada por reflexões filosóficas e teórico metodológicas do Marxismo-Cultural. O protagonismo assumido no processo pelas mulheres negras, agricultoras e quilombolas, com vistas à reprodução social e cultural é o que imprimiu maior continuidade de grupos familiares no meio rural e favoreceu a permanência cultural em território quilombola no Médio Jequitinhonha. Diferentes relações destas mulheres com o saber-fazer quitandas e com as dimensões mais amplas do processo de construção e reconstrução identitárias quilombolas é que fortalecem a necessidade de maior reconhecimento de suas paisagens culturais enquanto chancelas institucionalizadas e, sobretudo, pelas próprias comunidades, marcadas pela resistência de natureza identitária e cultural comunitárias, e principalmente de mulheres, e em sua reafirmação contínua de identidade afro-brasileira e afro-descendente.

Clima e doenças respiratórias: inter-relações no município de Belo Horizonte (MG)

Autora: Denise Marques Sales
Orientador: Wellington Lopes Assis

Resumo

Pensar a saúde em espaços urbanos é, acima de tudo, entender os elementos que os compõem e a existência de uma trama com diversas interações, confrontos e afinidades de origem ambiental e social. Dentro dessa perspectiva as condições climáticas vêm ganhando espaço em estudos epidemiológicos, principalmente em relação aos agravos à saúde respiratória. Em paralelo a esse cenário e definindo a escala de análise, percebe-se um grande volume de casos de doenças respiratórias no município de Belo Horizonte (MG) que constitui um problema para a saúde pública e ocupa posição de destaque entre as principais causas de internação no Sistema Único de Saúde. Objetivo dessa pesquisa é a de entender em que medida nos ambientes antropizados as condições climáticas agravam diretamente o conforto humano e consequentemente a saúde, deixando a população de 0 a 5 anos mais vulnerável. Através das análises dos dados climáticos e de saúde, das análises rítmicas e da modelagem ambiental foi possível identificar algumas inter-relações. Foram utilizados registros mensais de cinco estações meteorológicas pertencentes à FEAM e de quatro estações meteorológicas do INMET. Identificaram-se os sistemas atmosféricos utilizando-se cartas sinóticas, do DHN, e imagens de satélite, disponíveis na página do INPE. As informações relacionadas às doenças respiratórias foram disponibilizadas pela SMSA e os dados da malha urbana de Belo Horizonte da PRODABEL. Concluindo-se que elementos do clima (variações de temperatura, baixa umidade relativa do ar, redução da precipitação, a emissão e concentração de poluentes no ar), sazonalidade (características predominantes das estações do ano e a transição entre elas) e alguns tipos de organizações sócio-espaciais (zonas de baixa renda, próximas de complexos industriais e classificadas como vulneráveis) sofrem agravos à ocorrência de doenças respiratórias. Nas análises temporais foi possível identificar abril como o pico e janeiro como o mês de menor ocorrência. Já as análises espaciais revelaram que os distritos sanitários em que há potencial de ocorrência de doenças respiratórias são Venda Nova, Norte, Nordeste, Leste e Barreiro validadas a partir dos dados empíricos contendo o número de ocorrência de doenças respiratórias por setor censitário. Torna-se apropriado pesquisar essas interações, uma vez que esses grupos de doenças crônicas representam, hoje, a terceira causa de mortalidade no Brasil, perdendo apenas para as doenças cardiovasculares e as cancerígenas. Nesse sentido, espera-se com os resultados desse trabalho, o poder público possa obter novos olhares para intervir na saúde, possibilitando a diminuição dos gastos e a criação de políticas públicas mais eficazes em áreas vulneráveis à propagação de doenças. Isso é importante para reduzir iniquidades e ampliar a equidade do atendimento, hospitalização, tratamento e prevenção das doenças respiratórias em crianças de 0 a 5 anos e possivelmente para outras faixas etárias também acometidas.

Territórios de cultura: potencialidades de insurgência e recuperação

*Autora: Gabriela Vilas Boas Ornelas
Orientadora: Doralice Barros Pereira*

Resumo

Os territórios de grupos culturais são carregados de dominância simbólica em função da rede de significados criados. A multiplicidade e a diferença inerentes à cultura encerram o poder da apropriação, isto é, acarretam aos territórios desses grupos o valor de uso, trazendo marcas do espaço vivido. Assim, podemos entender a cultura para além da distração e pensá-la como elemento estratégico no fortalecimento de territórios e suas lutas? Objetivamos compreender como a apropriação do elemento cultural por grupos culturais periféricos atinge as formas de atuação no espaço, significando-o e tecendo relações.

Como metodologia, realizamos entrevistas semi-estruturadas com lideranças culturais de dois grupos pernambucanos no ano de 2018: Coco de Umbigada e Maracatu Nação Cambinda Estrela, localizados nas periferias urbanas de Olinda e Recife, respectivamente. A partir das falas das entrevistadas, costuramos a categoria geográfica território com a literatura por meio da análise do discurso nas obras de ORLANDI (2007) e PÊCHEUX (1996; 1988). Percebemos que nesses territórios cabem a cultura, a educação, a religião e a composição social e que as lutas são organizadas de forma específica, por meio de estratégias adequadas às relações externas e protetoras do que lhes é caro enquanto simbologia. Assim, podemos pensar que a presença da cultura espalha-se e organiza a vida pela dicotomia da recuperação e da insurgência associada à construção de uma referência política local, um espaço onde se pode pedir auxílio e se sentir integrado.

Do canteiro ao cotidiano: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte

*Autora: Livia Maria Moreira de Morais
Orientadora: Heloisa Soares de Moura Costa*

Resumo

Na década de 1980, o movimento de moradia se articula e ganha força nacional, realizando uma série de ações que objetivavam a elaboração de um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para que o país incorporasse a pauta da autogestão. A transição entre décadas será fértil para o surgimento de programas de governo afeitos à questão autogestionária na produção de moradias; São Paulo e em Ipatinga serão os primeiros municípios a transformarem o pleito autogestionário em decisão política. Inspirado pelos antecedentes de Ipatinga e São Paulo, o Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão será aprovado em 1996 durante a gestão de Patrus Ananias (1993-1996) em Belo Horizonte. Porém, com o lançamento do Programa Crédito Solidário – primeiro programa de produção de moradias do governo Lula que intenciona responder a demanda da autogestão – em 2004, o programa

municipal perderá razão de existir. Paralelamente, os movimentos sociais em prol de moradia da Região Metropolitana de Belo Horizonte, insatisfeitos com os poucos avanços nas políticas habitacionais de seus municípios, irão realizar ocupações de terra urbanas a partir de 2006. Dito isto, é possível fazer a distinção entre dois tipos de processos coletivos autogestionários voltados à produção de moradia: o primeiro é fruto geral de um programa de governo, seja ele municipal ou federal, portanto conta com a mediação do Estado e o segundo é conduzido por moradores, por vezes assessorados por técnicos e/ou movimento sociais, mas a presença estatal não se faz mister. Nesta dissertação, o primeiro será identificado como autogestão via produção habitacional e o segundo, autogestão via produção de cidade. A questão que a pesquisa intenciona responder é em que medida um processo de produção de moradias autogestionário, de qualquer tipo, é capaz de criar condições para que o grupo de moradores se mantenha coletivamente mobilizado após o término das obras e o objetivo geral é compreender os avanços e/ou retrocessos em direção à autonomia – um dos fundamentos da autogestão – do grupo envolvido em dois momentos distintos: durante a produção do conjunto/ocupação e durante sua fase de consumo. Para tal, analisou-se o processo produtivo e o pós-ocupação de quatro experiências autogestionárias belo-horizontinas: a) Urucuia e Villarégia, resultantes do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão; b) Residencial Serra Verde, resultante do Programa Crédito Solidário e c) a vila Eliana Silva, que nasce como uma ocupação de terra urbana assessorada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas.

As linguagens no Ensino de Geografia: caminhos metodológicos

Autor: Lucas Lobato Ferreira

Orientadora: Valeria de Oliveira Roque Ascensão

Resumo

Este trabalho tem como objetivo central investigar possibilidades postas pelas linguagens imagéticas no desenvolvimento de raciocínios geográficos para a estruturação de práticas de ensino na Geografia Escolar. As propostas aqui formuladas resultam dos anseios vividos pelo autor, quando atuou como professor de Geografia do Ensino Básico, período em que buscou estimular o envolvimento dos estudantes com o uso de diferentes formas de linguagem.

Os incômodos provenientes destas práticas didáticas suscitaram o questionamento das formas de internalização dos conteúdos geográficos pelos estudantes e dos movimentos intelectuais desenvolvidos neste processo. Partindo do princípio que a oralidade seja um importante meio para entender as concepções dos estudantes, inclusive frente ao conhecimento geográfico, diversificar as formas de linguagens durante aulas de geografia pode motivar sua participação e contribuir neste processo.

Neste trabalho, considerou-se importante desenvolver habilidades cognitivas que mobilizem a formação de raciocínios com o fim de aproximar os conhecimentos geográficos das práticas de interpretação do espaço vivido e reconhecido pelos estudantes. Assim, torna-se importante investigar como diferentes formas de linguagem atuam na construção discursiva dos estudantes, mas também na construção de raciocínios geográficos que estejam para além da informação, na sua formação.

Priorizou-se a mediação didática para mobilizar conhecimentos geográficos, ancorando os conceitos de paisagem e lugar, na interpretação do espaço vivido e reconhecido pelos estudantes, em uma turma do sexto ano do ensino básico em uma escola pública de Belo Horizonte.

Amparado nestes posicionamentos, realizou-se esta pesquisa-ação optando pelo planejamento organizado em sequência didática. Foram realizadas quatro atividades durante as aulas, mobilizando a fotografia, o mapa, o vídeo e o filme. A apresentação dos recursos imagéticos nas três primeiras atividades favoreceu a participação e proporcionou caminhos para a interpretação espacial.

Na última atividade, foi realizada uma produção fílmica, composta pelo conjunto de outras formas de linguagens como a textual no roteiro, a pictória na definição dos planos de enquadramento e a oralidade em todas as fases de produção. A etapa de filmagem sofreu alterações que inviabilizaram sua análise como resultado da pesquisa, se constituindo como uma devolutiva desta pesquisa-ação, para os participantes.

Foi possível constatar a importância da oralidade no processo de ensino, através da mediação. A realização das atividades favoreceu na contextualização das realidades que permeiam o espaço vivido pelo grupo de estudantes, possibilitando indicar potencialidades das linguagens imagéticas na mobilização do conhecimento geográfico e na motivação da participação.

A produção do espaço de insurgência: as Jornadas de Junho de 2013

Autor: Túlio César Teixeira Ferreira

Orientador: Sergio Manuel Merencio Martins

Resumo

Esta pesquisa se apresenta como uma análise da conjuntura dos fenômenos urbanos nos momentos de revolta, especificamente as Jornadas de Junho de 2013 em Belo Horizonte - MG. Em um mundo onde as possibilidades de criar novas alternativas que venham a dar significados às vontades populares parecem estar fechadas, pensar e produzir um espaço-tempo próprio, que estabeleça a ruptura com a normalidade do capitalismo se faz necessário. Diante dessa realidade que expropria a ação do ser, é fundamental ir além das institucionalidades que condicionam o aprisionamento da participação popular nas esferas decisórias das nossas vidas. O Estado, enquanto simulacro que intermedeia as relações sociais, é questionável. No século XXI, as revoltas que eclodem em vários locais do mundo reivindicam a autonomia dos usos dos recursos comuns e clamam pelo espaço público. A radicalidade do público se conserva na rua, sobretudo quando é subvertido o real significado da via, que se apresenta como meio pelo qual o processo da circulação do capital se completa. De maneira dialética, a reflexão necessária para transpor a forma mesma do fazer política para o fazer político perpassa as dimensões categóricas da violência, do poder, da utopia e da ideologia, produzindo, assim, o espaço de insurgência.

O sistema GTP (geossistema – território - paisagem) no município de Arcos – MG: uma análise da paisagem*Autora: Glaucia Silva Oliveira**Orientadora: Vilma Lucia Macagnan Carvalho***Resumo**

O planejamento de usos da terra que considera os elementos constituintes de uma paisagem de forma conjunta culmina em uma melhor racionalidade de uso do espaço e dos recursos, o que acaba por minimizar impactos negativos ao ambiente e ao ser humano. Na área da geografia, no Brasil, o estudo de paisagens tem influências das escolas alemã, russa, anglo saxônica e francesa, alguns de seus principais representantes são Denis Cosgrove, Carl Sauer, Sothava, Georges Bertrand, dentre outros. Partindo desta premissa, este trabalho considera como hipótese que o estudo e análise de paisagens cooperam para a compreensão sobre as inter-relações dos elementos componentes do espaço geográfico, revelando suas dinâmicas, sendo base portanto, para o planejamento e gestão do território, assim como para proposições de usos sustentáveis da terra. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo a análise da paisagem do município de Arcos – MG. Como objetivos específicos intentou-se:- Apresentar potencialidades, fragilidades e/ou limitações dos geocomplexos a fim de diagnosticar e indicar usos sustentáveis da paisagem visando uma racional gestão do território; - Subsidiar futuros estudos socioambientais voltados para o planejamento, gestão e ordenamento do território municipal. O método adotado para a análise da paisagem do município de Arcos é uma adaptação do Sistema (Geossistema – Território – Paisagem), de Bertrand e Bertrand (2007), através da identificação e caracterização, em um primeiro momento de geocomplexos, e depois de geofácies / cenários revelando suas dinâmicas em fases de biostasia e/ou resistasia. As etapas para a elaboração do estudo conformaram métodos em campo, como o registro da paisagem e pesquisa com a população / órgãos públicos, e em escritório contando com sistematização e organização das informações se pautando na leitura, escrita e uso de SIG – Sistemas de Informações Geográficas. Foram identificados três geocomplexos no município de Arcos: Depressão em carste associado a zona de agricultura; Planalto com afloramentos calcários associados a Mata Seca; e Planalto de morros de topos côncavos e convexos associado a Cerrado, estes definidos principalmente a partir da dinâmica ambiental rural urbana se refletindo de forma mais perceptível na vegetação. Os resultados apontam para uma conexão entre os três geocomplexos identificados no município de Arcos e os geofácies / cenários representantes da paisagem observados em campo. Como perspectiva para os estudos de paisagem na área da geografia, entende-se que os métodos que consideram a sociedade e a natureza de forma integrada geram diálogos e resultados mais coerentes em relação às suas dinâmicas, já que seus elementos constituintes fazem parte de um mesmo panorama que corresponde à uma dinâmica formada por engrenagens diferenciadas em suas temporalidades e espacialidades.

**Critérios e desafios na definição de Áreas de Restrição de Uso em Minas Gerais:
reflexões a partir do estudo de caso da bacia do rio Grande***Autora: Laura Bertolino de Souza Lima**Orientador: Antonio Pereira Magalhães Junior***Resumo**

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) rege o uso das águas no Brasil por meio da Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. É a partir de suas diretrizes que se estrutura o sistema de gestão dos recursos hídricos no país, a fim de promover a articulação entre o planejamento dos recursos hídricos e dos setores usuários, viabilizando disponibilidade de água aos usos múltiplos.

A PNRH impulsiona a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos por bacia hidrográfica, demandando como escopo mínimo a definição de Áreas de Restrição de Uso (ARU's), a fim de proteger os ecossistemas aquáticos e as áreas de recarga hídrica.

Nesse sentido, essa pesquisa teve como objetivo analisar o processo de definição das áreas de restrição de uso da água nos Planos de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas de Minas Gerais, a partir do estudo de caso da bacia federal do rio Grande. O intuito foi identificar os principais critérios selecionados para a delimitação dessas áreas em Minas Gerais, bem como investigar a estrutura geral de formulação das propostas de restrição de uso pelos representantes dos comitês de bacia.

O levantamento bibliográfico a respeito da restrição de uso no Brasil e a consolidação do estado da arte das propostas de ARU's em Minas Gerais conduziu às reflexões iniciais, complementadas pelas entrevistas semiestruturadas aos membros do Grupo de acompanhamento do Plano da bacia do rio Grande e do Grupo de Trabalho do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Este último, atualmente tem como pauta o modelo de proposição das áreas de restrição de uso no estado.

Os resultados demonstraram que a proposta de áreas de restrição de uso na bacia do rio Grande reproduz o padrão metodológico adotado nos planos de bacia em Minas Gerais, utilizando as Unidades de Conservação e as Áreas Prioritárias para Conservação como variáveis básicas. O panorama dos planos revelou ser heterogênea as variáveis, utilizadas sob diferentes perspectivas. As Unidades de Conservação e o Enquadramento dos cursos d'água são os critérios mais abordados, seguido das Áreas de Preservação Permanente e Áreas Prioritárias para a conservação da Biodiversidade.

As entrevistas ressaltaram a necessidade da criação de uma nova ferramenta para trabalhar as ARU's, bem como ser primordial o avanço da regulamentação da compensação pela restrição de uso, seja do solo ou da água. O mapeamento dos conflitos existentes ou potenciais foi destacado como essencial na delimitação das ARU's, indicando regiões preferenciais para mitigar as causas do conflito pela água.

Para que a delimitação seja representativa, é essencial uma compreensão clara das implicações das restrições de uso para cada setor, sendo as transformações resultantes de um processo de negociação entre os segmentos.

Por fim, o estágio em que se encontra o processo de definição das ARU's suscita uma visão crítica, para que a restrição de uso seja vista como produto do esforço coletivo em promover a conservação ambiental.

Aqui e lá: olhares e fronteiras entre a comunidade indígena Pataxó e a sociedade envolvente do município de Carmésia/MG

Autor: José Dias Neto

Orientador: Jose Antonio Souza de Deus

Resumo

As formas do homem se estabelecer, perceber, apropriar, atribuir significado e se vincular (afetivamente ou não) aos lugares têm sido objeto de reflexão das Geografias Humanística e Cultural e ocupado papel destacado no interior da Geografia atualmente. Isso porque o caráter simbólico inerente a essa dinâmica, de apropriação coletiva, se integra à cultura e assume a capacidade de orientar modos de vida, identidades, tradições, valores e demais estruturas socioculturais componentes desse processo. Neste sentido, a relação entre o Sujeito e o Lugar, estabelecida e apreendida culturalmente, se mostra como constructo profícuo à compreensão das formas sociais, permitindo a avaliação da sociabilidade que integra os territórios, aproximando as reflexões da Geografia, da Sociologia e da Antropologia. O antropólogo Darcy Ribeiro, ao avaliar a configuração social brasileira, registra que comunidades indígenas em contato com a sociedade envolvente hegemônica, ao invés de assimiladas, foram submetidas a uma série de situações de violência, incluindo a perda cultural, territorial e, no extremo, mas não raro, de suas vidas. Com a emergência do paradigma multiculturalista contemporâneo, a relação entre comunidades indígenas e sociedade envolvente torna-se passível de reavaliação, uma vez que os tempos atuais revelam-se como de maior protagonismo dos povos indígenas na arena política e midiática, gozando eles, inclusive, de certa simpatia por parte da sociedade em geral - o mito do "bom selvagem" rousseauiano parece permanecer vivo no imaginário popular, sobretudo, nos grandes centros urbanos. Porém, no âmbito das relações cotidianas, será que essa mudança paradigmática desencadeou melhores condições de convívio entre comunidades indígenas e sociedade envolvente que compartilhem um mesmo lugar? Nessa perspectiva, esta pesquisa reflete sobre a percepção da população de Carmésia/MG quanto à comunidade indígena Pataxó, domiciliada na Terra Indígena Fazenda Guarani. A partir de uma abordagem etnogeográfica, que buscou propiciar um diálogo entre os métodos etnográfico e fenomenológico, foram levantados dados em campo, no intuito de identificar a forma pela qual a sociedade envolvente percebe e se vincula à comunidade indígena. Neste sentido, buscamos avaliar a relação entre o Sujeito e o Lugar, estabelecida e apreendida culturalmente, o que torna possível a avaliação da sociabilidade que integra o território, além de possibilitar a problematização acerca da relação estabelecida entre povos indígenas e sociedade envolvente atualmente. Assim, almejamos, com este trabalho, contribuir com as reflexões no âmbito da Geografia

Humanística e Cultural sobre a percepção, relacionamento e possibilidades de convívio socio-territorial entre comunidades indígenas brasileiras e seu entorno na contemporaneidade.

ERRATA

- Na *Capa* da revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019:

Onde se lia:

“Janeiro - Junho de 2019 vol. 27 - nº 1, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”

- Na *Ficha catalográfica* da revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019:

Onde se lia:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 27 nº 1 (Jan-Jun) 2019 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2019”

Leia-se:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - Vol. 15 nº 1 (Jan-Jun) 2019 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2019”

- No artigo *A proteção de mananciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG) os desafios de compatibilização entre usos da terra e da água na Área de Proteção Especial (APE) Taboões*, de autoria de Felipe Gabriel Silva Alves, Catharina de Oliveira Maia, Gabriel Lucas Vieira Lazaro, Guilherme Eduardo Macedo Cota e Antônio Pereira Magalhães Júnior, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”

- No artigo *Cidade hostil*, de autoria de Shayenne Barbosa Dias e Cláudio Roberto de Jesus, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”

- No artigo *Índice de vulnerabilidade das políticas sociais para o município de Belo Horizonte/MG*, de autoria de Pedro Henrique de Souza Oliveira, Plínio da Costa Temba, Marcelo Antonio Nero, Karla Albuquerque de Vasconcelos Borges, Marcos Antonio Timbó Elmiro e Sandra Cristina Deodoro, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”

- No artigo *Ferramenta de pesquisas sobre estabelecimentos baseada na geolocalização: uma proposta para aprimorar a experiência do turista em Tiradentes – MG*, de autoria de Rodrigo Otávio Passos Ferreira e Guilherme Augusto Pereira Malta, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019”

Leia-se:

“Revista **Geografias**, v.15, n. 1, jan./jun. 2019”

- No artigo *Análise da relação e da destinação dos resíduos sólidos e dos restos numa comunidade rural*, de autoria de Mônica Martins de Godoy Fonseca e Sergio Donizete Faria, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”

- No artigo *Situação do trabalho análogo à escravidão: análise estatística espacial quanto à vulnerabilidade socioeconômica e à presença de territórios quilombolas em Minas Gerais (2003-2013)*, de autoria de Bernardo Freitas Fantato Gonçalves e Diego Rodrigues Macedo, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”

- No documento *Teses e Dissertações defendidas no Programa de Pós - Graduação em Geografia*, publicado na revista Geografias, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.27, n.1, 2019”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2019”